

CAPÍTULO I

NATUREZA E COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA

ARTIGO 1º

(NATUREZA)

do A Assembleia Municipal Sabugal, com sede na Cidade do Sabugal, é o órgão deliberativo do Município, sendo constituída por 41 (quarenta e um) membros eleitos por sufrágio directo e universal do Município e por 40 (quarenta) presidentes de juntas de freguesia.

ARTIGO 2º.

COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1- Compete à Assembleia Municipal:

- a) Eleger, por voto secreto, o presidente da mesa e os dois secretários;
- b) Elaborar e aprovar o seu regimento;
- c) Acompanhar e fiscalizar a actividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das fundações e das empresas municipais;
- d) Acompanhar, com base em informação útil da Câmara, facultada em tempo oportuno, a actividade desta e os respectivos resultados, nas associações e federações de municípios, empresas, cooperativas, fundações ou outras entidades em que o município detenha alguma participação no respectivo capital social ou equiparado;
- e) Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, informação essa que deve ser enviada ao Presidente da Mesa da Assembleia com a antecedência de cinco dias úteis a data do início da sessão, para que conste da respectiva ordem do dia;
- f) Solicitar e receber informações, através da mesa, sobre assuntos de interesse para a autarquia e sobre a execução de deliberações anteriores, o que pode ser requerido por qualquer membro em qualquer momento;
- g) Aprovar referendos locais, sob proposta quer de membros da Assembleia, quer da Câmara Municipal, quer dos cidadãos eleitores, nos termos da lei;
- h) Apreciar a recusa, por acção ou omissão, de quaisquer informações e documentos, por parte da Câmara Municipal ou dos seus membros, que obstem à realização de acções de acompanhamento e fiscalização;
- i) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos, resultantes de acções tutelares ou de auditorias executadas sobre a actividade dos órgãos e serviços municipais;
- j) Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para estudo dos problemas relacionados com as atribuições próprias da autarquia, sem interferência no funcionamento e na actividade normal da Câmara;
- l) Votar moções de censura à câmara municipal, em avaliação da acção desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos seus membros;
- m) Discutir, a pedido de quaisquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição;

- n) Elaborar e aprovar, nos termos da lei, o regulamento do Conselho Municipal de Segurança;
- o) Tomar posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse para a autarquia;
- p) Deliberar sobre recursos interpostos de marcação de faltas injustificadas aos seus membros;
- q) Pronunciar-se e deliberar sobre assuntos que visem a prossecução das atribuições da autarquia;
- r) Exercer outras competências que lhe sejam conferidas por lei.

2 - Compete à assembleia municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da câmara:

- a) Aprovar as posturas e regulamentos do município, com eficácia externa;
- b) Aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respectivas revisões;
- c) Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
- d) Aprovar ou autorizar a contratação de empréstimos nos termos da lei;
- e) Estabelecer, nos termos da lei, taxas municipais e fixar os respectivos quantitativos;
- f) Fixar anualmente o valor da taxa da contribuição autárquica incidente sobre prédios urbanos; bem como autorizar o lançamento de derramas para reforço da capacidade financeira ou no âmbito da celebração de contratos de reequilíbrio financeiro, de acordo com a lei;
- g) Pronunciar-se, no prazo legal, sobre o reconhecimento, pelo Governo, de benefícios fiscais no âmbito de impostos cuja receita reverte exclusivamente para os municípios;
- h) Deliberar em tudo quanto represente o exercício dos poderes tributários conferidos por lei ao município;
- i) Autorizar a câmara municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, fixando as respectivas condições gerais, podendo determinar, nomeadamente, a via da hasta pública, bem como bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto no n.º 9 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro;
- j) Determinar a remuneração dos membros do conselho de administração dos serviços municipalizados;
- l) Municipalizar serviços, autorizar o município, nos termos da lei, a criar fundações e empresas municipais e a aprovar os respectivos estatutos, bem como a remuneração dos membros dos corpos sociais, assim como a criar e participar em empresas de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos, fixando as condições gerais da participação;
- m) Autorizar o município, nos termos da lei, a integrar-se em associações e federações de municípios, a associar-se com outras entidades públicas, privadas ou cooperativas e a criar ou participar em empresas privadas de âmbito municipal que prossigam fins de reconhecido interesse público local e se contenham dentro das atribuições cometidas aos municípios, em quaisquer dos casos fixando as condições gerais dessa participação;
- n) Aprovar, nos termos da lei, a criação ou reorganização de serviços municipais;

- o) Aprovar os quadros de pessoal dos diferentes serviços do município, nos termos da lei;
- p) Aprovar incentivos à fixação de funcionários, nos termos da lei;
- q) Autorizar, nos termos da lei, a câmara municipal a concessionar, por concurso público, a exploração de obras e serviços públicos, fixando as respectivas condições gerais;
- r) Fixar o dia feriado anual do município;
- s) Autorizar a câmara municipal a delegar competências próprias, designadamente em matéria de investimentos, nas juntas de freguesia;
- t) Estabelecer, após parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição do brasão, selo e bandeira do município e proceder à sua publicação no Diário da República.

3 - É ainda da competência da assembleia municipal, em matéria de planeamento, sob proposta ou pedido de autorização da câmara municipal:

- a) Aprovar os planos necessários à realização das atribuições municipais;
- b) Aprovar as medidas, normas, delimitações e outros actos, no âmbito dos regimes do ordenamento do território e do urbanismo, nos casos e nos termos conferidos por lei.

4 - É também da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal:

- a) Deliberar sobre a criação e a instituição em concreto do corpo de polícia municipal, nos termos e com as competências previstos na lei;
- b) Deliberar sobre a afectação ou desafectação de bens do domínio público municipal, nos termos e condições previstos na lei;
- c) Deliberar sobre a criação do conselho local de educação, de acordo com a lei;
- d) Autorizar a gemação do município com outros municípios ou entidades equiparadas de outros países;
- e) Autorizar os conselhos de administração dos serviços municipalizados a deliberar sobre a concessão de apoio financeiro, ou outro, a instituições legalmente constituídas pelos seus funcionários, tendo por objecto o desenvolvimento das actividades culturais, recreativas e desportivas, bem como a atribuição de subsídios a instituições legalmente existentes, criadas ou participadas pelos serviços municipalizados ou criadas pelos seus funcionários, visando a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respectivos familiares.

5 - A acção de fiscalização mencionada na alínea c) do n.º 1 consiste numa apreciação casuística e posterior à respectiva prática dos actos da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das fundações e das empresas municipais, designadamente através de documentação e informação solicitada para o efeito.

6 - A proposta apresentada pela câmara referente às alíneas b), c), i) e n) do n.º 2 não pode ser alterada pela assembleia municipal e carece da devida fundamentação quando rejeitada, mas a câmara deve acolher sugestões feitas pela assembleia, quando devidamente fundamentadas, salvo se aquelas enervarem de previsões de factos que possam ser considerados ilegais.

7 - Os pedidos de autorização para a contratação de empréstimos a apresentar pela câmara municipal, nos termos da alínea d) do n.º 2, serão obrigatoriamente acompanhados de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo de capacidade de endividamento do município.

8 - As alterações orçamentais por contrapartida da diminuição ou anulação das dotações da assembleia municipal têm de ser aprovadas por este órgão.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA

SECÇÃO I

DO MANDATO

ARTIGO 3.º

(DURAÇÃO E CONTINUIDADE DO MANDATO)

O mandato dos membros da Assembleia Municipal inicia-se com o acto de instalação e de verificação de poderes e cessa com a instalação da nova Assembleia sem prejuízo dos casos de cessação de mandato.

ARTIGO 4.º

(SUSPENSÃO DE MANDATO)

1. Os membros da Assembleia Municipal podem solicitar a suspensão do respectivo mandato.
2. O pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deve indicar o período de tempo abrangido e é enviado ao Presidente da Assembleia e apreciado pelo Plenário da Assembleia na reunião imediata à sua apresentação.
3. São motivos de suspensão designadamente:
 - a) Doença comprovada;
 - b) Exercício dos direitos de paternidade e maternidade;
 - c) Afastamento temporário da Área da Autarquia por período superior a trinta dias.
4. A suspensão que, por uma só vez ou cumulativamente, ultrapasse 365 dias no decurso do mandato constitui, de pleno direito, renúncia ao mesmo, salvo se no primeiro dia útil seguinte ao termo daquele prazo o interessado manifestar, por escrito, a vontade de retomar funções.
5. A pedido do interessado, devidamente fundamentado, o Plenário da Assembleia pode autorizar a alteração do prazo pelo qual inicialmente foi concedida a suspensão de mandato, até ao limite estabelecido no número anterior.
6. Enquanto durar a suspensão os membros da Assembleia são substituídos nos termos do art.º 9.º, devendo os substitutos ser convocados nos termos do artigo 7.º, deste Regimento.

ARTIGO 5.º

(AUSÊNCIA INFERIOR A TRINTA DIAS)

1. Os membros da Assembleia Municipal podem fazer-se substituir nos casos de ausências por períodos até 30 dias.
2. A substituição opera-se mediante simples comunicação por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia, na qual são indicados os respectivos início e fim.
3. O membro ausente, nos termos do presente artigo é substituído nos termos do artigo 9.º deste Regimento.

ARTIGO 6.º

(RENÚNCIA AO MANDATO)

1. Os membros da Assembleia Municipal gozam do direito de renúncia ao mandato, a exercer mediante manifestação de vontade apresentada quer antes quer depois da instalação da Assembleia.
2. A pretensão é apresentada por escrito e dirigida a quem deve proceder à instalação ou ao Presidente da Assembleia, consoante o caso.
3. A falta de eleito local ao acto de instalação da Assembleia, não justificada por escrito no prazo de trinta dias ou considerada injustificada, equivale a renúncia de pleno direito.
4. A apreciação e a decisão sobre a justificação referida no número anterior cabe à Assembleia e deve ter lugar na primeira reunião que se seguir à apresentação tempestiva da mesma.

ARTIGO 7.º

(SUBSTITUIÇÃO DO RENUNCIANTE)

1. O membro substituto deve ser convocado por quem está a proceder à instalação ou pelo Presidente da Assembleia, consoante o caso, e tem lugar no período que medeia entre a comunicação da renúncia e a primeira reunião que a seguir se realizar, salvo se a entrega do documento de renúncia coincidir com o acto de instalação ou reunião da Assembleia, situação em que, após a verificação da sua identidade e legitimidade, a substituição se opera de imediato, se o substituto a não recusar por escrito, de acordo com o número dois do artigo anterior.
2. A falta de substituto, devidamente convocado, ao acto de assunção de funções, não justificada por escrito no prazo de trinta dias ou considerada injustificada, equivale a renúncia, de pleno direito.
3. A apreciação e a decisão sobre a justificação referida no número anterior cabe à Assembleia e deve ter lugar na primeira reunião que se seguir à apresentação tempestiva da mesma.

ARTIGO 8.º

(PERDA DE MANDATO)

À perda de mandato aplica-se o consignado na Lei n.º 27/96, de 1 de Agosto.

ARTIGO 9.º

(PREENCHIMENTO DE VAGAS)

1. As vagas ocorridas na Assembleia Municipal são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista ou, tratando-se de coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga.
2. Quando, por aplicação da regra contida na parte final do número anterior, se torne impossível o preenchimento da vaga por cidadão proposto pelo mesmo partido, o mandato é conferido ao cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista apresentada pela coligação.

SECÇÃO II

DOS DEVERES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA

ARTIGO 10.º

(DEVERES)

Constituem, designadamente, deveres dos membros da Assembleia:

1. Comparecer assídua e pontualmente às sessões da Assembleia e às reuniões das comissões a que pertençam;
2. Participar nos debates e votações;
3. Respeitar a dignidade da Assembleia e dos seus membros;
4. Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regimento
6. Acatar a autoridade do Presidente da Mesa da Assembleia;
- 7 Contribuir pela sua diligência para o prestígio dos trabalhos da Assembleia Municipal;
8. Comunicar ao Presidente as suas saídas no decurso das reuniões;
9. Justificar as suas faltas no prazo constante do presente Regimento;
10. Manter um permanente contacto com as populações do Concelho e participar activamente na vida do Município.

ARTIGO 11.º

(IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÕES)

1. Nenhum membro da Assembleia pode intervir em procedimento administrativo ou em acto ou contrato de direito público ou privado do respectivo Município, nos casos previstos no artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo.
2. A arguição e declaração do impedimento seguem o regime previsto nos artigos 45.º, 46.º e 47.º do Código do Procedimento Administrativo.
3. Os membros da Assembleia devem pedir dispensa de intervir em procedimento administrativo quando ocorra circunstância pela qual possa razoavelmente suspeitar-se da sua isenção ou da rectidão da sua conduta, designadamente quando ocorram as circunstâncias previstas no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo.

4. À formulação do pedido de dispensa e à decisão sobre a escusa ou suspeição aplica-se o regime constante dos artigos 49.º e 50.º do Código do Procedimento Administrativo.

SECÇÃO III

DOS DIREITOS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA

ARTIGO 12.º

(DIREITOS)

1. Para além de outros direitos consignados na lei, os membros da Assembleia têm direito, nos termos deste regimento a:

- a) Participar nos debates e nas votações;
- b) Apresentar propostas, moções e requerimentos;
- c) Apresentar recomendações, pareceres e pedidos de esclarecimento à Câmara, directamente ou através do Presidente da Mesa da Assembleia;
- d) Apresentar reclamações, protestos, contraprotostos e declarações de voto;
- e) Apresentar votos de louvor, congratulações ou pesar;
- f) Propor alterações ao Regimento;
- g) Receber através da Mesa, cópia de todos os documentos respeitantes aos assuntos agendados;
- h) Pronunciar-se especialmente sobre todos os acontecimentos relevantes da vida do Concelho, acções ou omissões dos órgãos ou agentes da Administração Local;
- i) Propor a realização de inquéritos e sindicâncias à actuação dos órgãos ou serviços municipais;
- j) Usar da palavra em defesa da honra.

2. Aos membros da Assembleia Municipal são atribuíveis os direitos a eles consignados pela Lei, designadamente pelo Estatuto dos Eleitos Locais, aprovado pela Lei n.º 29/87, de 30 de Junho.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA

SECÇÃO I

DA CONVOCATÓRIA E ORDEM DO DIA

ARTIGO 13.º

(CONVOCATÓRIA)

1. Os membros da Assembleia são convocados para as sessões ordinárias por edital e por carta com aviso de recepção ou através de protocolo, ou ainda através de outro meio considerado legal, as quais lhes devem ser dirigidas com a antecedência mínima de oito dias.

2. Os membros da Assembleia são convocados para as sessões extraordinárias por edital e por carta com aviso de recepção ou através de protocolo, ou ainda através de outro meio considerado legal, as quais lhes devem ser dirigidas com a antecedência mínima de cinco dias.

ARTIGO 14.º

(ORDEM DO DIA)

1. A ordem do dia é estabelecida pela Mesa da Assembleia;

2. Da ordem do dia constará, obrigatoriamente, a informação escrita do Presidente da Câmara, a que alude a alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º deste Regimento;

3. A ordem do dia deve incluir os assuntos que para esse fim forem indicados por qualquer membro da Assembleia, desde que sejam da competência deste Órgão e o pedido seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de:

a) Cinco dias úteis sobre a data da reunião, no caso de reuniões ordinárias;

b) Oito dias úteis sobre a data da reunião, no caso das reuniões extraordinárias.

4. A ordem do dia é entregue a todos os membros com a antecedência de, pelo menos, dois dias úteis sobre a data de início da reunião.

5. A documentação relativa aos pontos da Ordem do Dia das sessões deve ser distribuída juntamente com a convocatória, salvo nos casos de particular urgência, em que a recepção deve contudo ser entregue com a antecedência mínima de 48 horas.

6. Nos casos em que o grande volume de documentos relativos a um ou vários pontos da Ordem de Trabalhos obrigue a ponderar os elevados custos com a sua distribuição integral a cada membro, a Mesa decidirá a forma de a proporcionar com uma substancial redução de custos.

7. Os documentos que complementem a instrução do processo deliberativo respeitantes aos assuntos que integram a ordem de trabalhos, que por razões de natureza técnica ou de confidencialidade, ainda que pontual, não sejam distribuídos nos termos do número anterior, devem estar disponíveis para consulta, desde o dia anterior à data indicada para a reunião.

ARTIGO 15.º

(ELEMENTOS QUE DEVEM CONSTAR DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA)

1. Da informação escrita prestada pelo Presidente da Câmara devem constar, obrigatoriamente, as seguintes matérias:

a) A actividade desenvolvida pela Câmara Municipal e os resultados obtidos nas associações e federações de municípios, nas cooperativas, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, designadamente ao nível do seu envolvimento nessas entidades e quais os efeitos ou frutos que daí advêm;

- b) A actividade desenvolvida pela Câmara nas empresas ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, bem como os resultados disponíveis de natureza económico-financeira;
 - c) A situação financeira do Município;
 - d) O saldo e o estado das dívidas assumidas e vencidas a fornecedores;
 - e) As reclamações que tenham sido formuladas e que se revelem de consideração significativa ao nível do funcionamento dos serviços municipais;
 - f) Os recursos hierárquicos que hajam sido interpostos;
 - g) Quais os processos judiciais em curso, bem como a fase processual em que se encontrem.
2. A informação escrita a que se refere o n.º 1 deste artigo deve ser acompanhada dos elementos que propiciem uma compreensão e análise crítica da mesma.
3. Não deve ser remetida à Assembleia Municipal a documentação mencionada no número anterior, se não tiver havido, entretanto, qualquer evolução dos assuntos a que a mesma se refere.

SECÇÃO II

DAS SESSÕES

ARTIGO 16.º

(LOCAL DAS SESSÕES)

1. As sessões ordinárias da Assembleia Municipal decorrerão na Cidade do Sabugal, podendo a Mesa da Assembleia decidir que a mesma ocorra nas Freguesias que possuam instalações adequadas à sua realização, nos locais previamente indicados para o efeito.
2. As sessões extraordinárias da Assembleia Municipal decorrerão na Cidade do Sabugal, no local previamente indicado para o efeito.
3. Constitui excepção ao ponto anterior, a realização de sessões extraordinárias cujas matérias a serem objecto de deliberação digam respeito a uma determinada freguesia, as quais decorrerão, sempre que tal seja possível, nessa freguesia, no local previamente indicado para o efeito.
4. A convocação da sessão, nos termos dos números anteriores, depende da decisão do Presidente da Assembleia, ouvidos os restantes membros da mesa e o Presidente de Junta da Freguesia onde se pretende realizar a sessão.
5. Os membros da Assembleia Municipal, os membros da Câmara Municipal e o público ocuparão o lugar na sala de acordo com o estipulado pela Mesa da Assembleia.

ARTIGO 17.º

(SESSÕES ORDINÁRIAS)

1. A Assembleia Municipal tem anualmente cinco sessões ordinárias, em Fevereiro, Abril, Junho, Setembro e Novembro ou Dezembro.

2. A Segunda e a Quinta sessões destinam-se, respectivamente, à apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação e ainda à apreciação e votação dos documentos de prestação de contas, bem como à aprovação das Opções do Plano e da proposta de Orçamento, sem prejuízo do número seguinte.

3. A aprovação das Opções do Plano e da Proposta de Orçamento para o ano imediato ao da realização de eleições gerais ou no caso de sucessão de órgãos autárquicos na sequência de eleições intercalares realizadas nos meses de Novembro e Dezembro, tem lugar até ao final do mês de Abril do referido ano.

ARTIGO 18.º

(SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS)

1. O Presidente da Assembleia convoca extraordinariamente a Assembleia Municipal, por sua própria iniciativa, quando a Mesa assim o deliberar, ou, ainda, a requerimento:

a) Do Presidente da Câmara Municipal, em execução de deliberação desta;

b) De um terço dos seus membros;

c) De um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do Município equivalente a 50 vezes o número de elementos que compõem a Assembleia.

2. Nos cinco dias subsequentes à iniciativa da Mesa ou à recepção dos requerimentos previstos no número anterior, o Presidente, por edital e por carta com aviso de recepção ou através de protocolo, ou ainda através de outro meio considerado legal, procede à convocação da sessão para um dos quinze dias posteriores à apresentação dos pedidos.

3. Quando o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal não efectue a convocação que lhe tenha sido requerida, podem os requerentes efectuar-la directamente, com invocação dessa circunstância, observando, para o efeito, o disposto no número seguinte, com as devidas adaptações e publicitando-a nos locais habituais.

4. O requerimento a que se refere a alínea c) do número 1 do presente Artigo, é acompanhado de certidão comprovativa da qualidade de cidadão recenseado na área da respectiva autarquia.

5. Ao processo de passagem das certidões referidas no número anterior aplicam-se os n.ºs 2 e 3 do artigo 98.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Junho.

6. Nas sessões extraordinárias a Assembleia só pode deliberar sobre as matérias para que tenha sido expressamente convocada.

ARTIGO 19.º

(DURAÇÃO DAS SESSÕES)

As reuniões da Assembleia Municipal não podem exceder a duração de cinco dias e um dia consoante se trate de sessão ordinária ou extraordinária, salvo quando a própria Assembleia delibere o seu prolongamento até ao dobro das durações referidas.

ARTIGO 20.º

(REQUISITOS DAS REUNIÕES)

1. A Assembleia funcionará à hora designada, desde que esteja presente a maioria do número legal dos seus membros, não podendo prolongar-se para além das 24:00, salvo deliberação expressa do plenário.
2. Feita a chamada e verificada a inexistência de quorum, decorrerá um período máximo de 30 minutos sobre a hora da referida convocatória, para aquele se poder concretizar. Esgotado esse tempo, caso persista a falta de quorum, o Presidente considerará a reunião sem efeito e marcará data para a nova reunião.
3. Das sessões ou reuniões canceladas por falta de quorum é elaborada acta onde se registam as presenças e ausências dos membros, dando estas lugar à marcação de faltas.
4. A existência de quorum será verificada em qualquer momento da reunião.

ARTIGO 21.º

(CONTINUIDADE DAS REUNIÕES)

As reuniões podem ser interrompidas por decisão do Presidente e para os seguintes efeitos:

- a) Intervalos;
- b) Restabelecimento da ordem na sala;
- c) Falta de quorum, procedendo-se a nova contagem quando o Presidente assim o determinar;
- d) Para consulta aos representantes dos Grupos Municipais.

SECÇÃO III

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS NA ASSEMBLEIA

ARTIGO 22.º

(PERÍODOS DAS SESSÕES)

1. Em cada sessão há um período da "Ordem do Dia" e um Período de "Intervenção do Público", antecedidos nas sessões ordinárias, de um "Período de Antes da Ordem do Dia".
2. Nas sessões extraordinárias, apenas terão lugar os períodos de "Ordem do Dia" e de "Intervenção do Público".

ARTIGO 23.º

(PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA)

1. O período de "Antes da Ordem do Dia" destina-se ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município, designadamente:
 - a) Apreciação e deliberação de propostas de moção, resolução e recomendação ou de pareceres apresentados pelos membros ou pelas Comissões da A.M.;

b) Emissão de votos de congratulação, saudação, protesto ou pesar, propostos pelos membros da A.M. ou sugeridos pela Câmara Municipal.

2. Este período inicia-se com a realização pela Mesa dos seguintes procedimentos:

a) Apreciação e votação das actas;

b) Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos que à Mesa cumpra produzir;

c) Respostas às questões anteriormente colocadas pelo público que não tenham sido esclarecidas no momento próprio;

d) Apresentação e discussão dos relatórios das Comissões da Assembleia;

3. O período de “Antes da Ordem do Dia” terá a duração máxima de sessenta minutos.

ARTIGO 24.º

(PERÍODO DA ORDEM DO DIA)

1. No início da Ordem do Dia, o Presidente dará conhecimento dos assuntos nela incluídos.

2. Só podem ser objecto de deliberação os assuntos incluídos na Ordem do Dia da reunião ou sessão, salvo se, tratando-se de reunião ou sessão ordinária, pelo menos dois terços do número legal dos seus membros reconhecerem a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos.

ARTIGO 25.º

(PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO)

1. O Período de “Intervenção do Público” destina-se a permitir que os cidadãos interessados solicitem esclarecimentos sobre questões de manifesto interesse para o Concelho.

2. O Período de “Intervenção do Público” terá lugar depois do Período da Ordem do Dia.

3. Os cidadãos interessados em intervir deverão fazer, durante o período da Ordem do Dia, nos termos a indicar pelo Mesa da Assembleia, a sua inscrição, referindo nome, morada e assunto a tratar.

4. O Período de “Intervenção do Público”, referido no n.º 1 deste artigo, terá a duração máxima de sessenta minutos, sendo distribuído pelos inscritos, não podendo, porém, exceder cinco minutos por cidadão.

SECÇÃO IV

DA PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ELEMENTOS

ARTIGO 26.º

(A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL)

1. A Câmara Municipal faz-se representar nas sessões da Assembleia, obrigatoriamente pelo Presidente da Câmara, ou pelo seu substituto legal em caso de justo impedimento, podendo intervir nos debates, sem direito a voto.

2. Os Vereadores devem assistir às sessões da Assembleia.

ARTIGO 27.º

(PARTICIPAÇÃO DE ELEITORES)

1. Nas sessões convocadas nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do presente Regimento, têm o direito de participar, sem voto, dois dos representantes dos requerentes.

2. Os representantes mencionados no número anterior podem formular sugestões ou propostas as quais só são votadas pela Assembleia se esta assim o deliberar.

SECÇÃO V

DO USO DA PALAVRA

ARTIGO 28.º

(REGRAS DO USO DA PALAVRA NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA)

1. Ao Presidente caberá definir, equitativamente, o tempo de intervenção de cada orador inscrito, em função do número destes.

2. A cada interveniente cumpre gerir e controlar o tempo atribuído, sem prejuízo da competência e das funções da Mesa.

ARTIGO 29.º

(REGRAS DO USO DA PALAVRA PARA DISCUSSÃO DA ORDEM DO DIA)

1. Para a discussão de cada ponto da "Ordem do Dia" há um período inicial de 30 minutos, não podendo qualquer membro da Assembleia exceder 5 minutos de intervenção.

2. Após a utilização do período referido no número 1, se a discussão não tiver terminado, haverá um segundo período de intervenções, de 3 minutos, que será proporcionalmente distribuído.

3. A apresentação verbal de cada proposta pelo membro da Assembleia proponente ou pelo Executivo Camarário, dever-se-á limitar à indicação sucinta do seu objecto e fins que se lha prosseguir, e não exceder o total de 5 minutos.

4. O Presidente da Câmara Municipal dispõe de 15 minutos para apresentar a informação constante da alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º deste Regimento.

ARTIGO 30.º

(REGRAS DO USO DA PALAVRA PELOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL)

1. A palavra é concedida ao Presidente da Câmara ou ao seu substituto legal no período "De Antes da Ordem do Dia", para prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

2. No período da "Ordem do Dia", a palavra é concedida ao Presidente da Câmara ou ao seu substituto legal para:

a) Prestar a informação relativa ao consignado na alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º deste Regimento;

b) Apresentar os documentos submetidos pela Câmara Municipal, nos termos legais, à apreciação da Assembleia;

c) Intervir nas discussões, sem direito a voto.

3. No período de "Intervenção Aberto ao Público", a palavra é concedida ao Presidente da Câmara ou ao seu substituto legal para prestar os esclarecimentos solicitados.

4. É concedida a palavra aos Vereadores para intervir, sem direito a voto nas discussões, a solicitação do Plenário da Assembleia e com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal.

5. A palavra é ainda concedida aos Vereadores, para o exercício do direito de defesa da honra.

ARTIGO 31.º

(REGRAS DO USO DA PALAVRA NO PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO)

1. A palavra é concedida ao público para intervir nos termos do artigo 25º deste Regimento.

2. Durante o período de intervenção aberta ao público, qualquer cidadão previamente inscrito, nas condições expressas no Artº 25º, pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, devendo para o efeito proceder à sua inscrição na Mesa.

3. A palavra será dada por ordem de inscrições e cada intervenção deverá ter a duração máxima de 5 minutos.

4. A Mesa ou qualquer membro da Assembleia ou da Câmara prestarão os esclarecimentos solicitados, ou, se tal não for possível, será o cidadão esclarecido posteriormente, por escrito.

ARTIGO 32.º

(USO DA PALAVRA PELOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA)

A palavra é concedida aos membros da Assembleia para :

a) Tratar de assuntos de interesse municipal;

b) Participar nos debates;

c) Emitir votos e fazer declarações de voto;

d) Invocar o Regimento ou interpelar a Mesa;

e) Apresentar recomendações, propostas e moções sobre assuntos de interesse para o Município;

f) Formular ou responder a pedidos de esclarecimento;

g) Fazer requerimentos;

h) Reagir contra ofensas à honra ou à consideração;

i) Interpor recursos.

ARTIGO 33.º

(DECLARAÇÕES DE VOTO)

1. Cada membro da Assembleia tem direito a fazer, no final de cada votação, uma declaração de voto, esclarecendo o sentido da sua votação.
2. As declarações de voto podem ser escritas ou orais, não devendo exceder neste último caso 3 minutos.
3. As declarações de voto escritas são entregues na Mesa até ao final da reunião.

ARTIGO 34.º

(INVOCAÇÃO DO REGIMENTO OU INTERPELAÇÃO DA MESA)

1. O membro da Assembleia que pedir a palavra para invocar o Regimento indica a norma infringida, com as considerações indispensáveis para o efeito.
2. Os membros da Assembleia podem interpelar a Mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos.
3. O uso da palavra para invocar o Regimento ou interpelar a Mesa não deve exceder 2 minutos.

ARTIGO 35.º

(PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO)

O uso da palavra para esclarecimentos limita-se à formulação concisa da pergunta sobre a matéria em dúvida, dispondo o respondente de 5 minutos para intervir.

ARTIGO 36.º

(REQUERIMENTOS)

1. Os requerimentos podem ser apresentados por escrito ou oralmente, podendo, no entanto, o Presidente da Assembleia, sempre que o entender conveniente, determinar que um requerimento formulado oralmente seja apresentado por escrito.
2. Os requerimentos orais, assim como a leitura dos requerimentos escritos relativos a questões apresentadas no período da ordem do dia não devem exceder 5 minutos.

ARTIGO 37.º

(OFENSAS À HONRA OU À CONSIDERAÇÃO)

1. Sempre que um membro da Assembleia considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração, pode, para se defender, usar da palavra por tempo não superior a 5 minutos.
2. O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações não devendo exceder 5 minutos.

ARTIGO 38.º

(INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS)

1. Qualquer membro da Assembleia pode recorrer de decisões do Presidente ou da Mesa.
2. O membro da Assembleia que tiver recorrido pode usar da palavra para fundamentar o recurso por tempo não superior a 5 minutos.
3. A Mesa da Assembleia, através do seu Presidente, deve decidir imediatamente sobre a matéria do recurso.
4. Caso o membro requerente ou grupo reclamante não concorde com a decisão do Presidente da Mesa, o mesmo poderá solicitar a sua análise pelo Plenário.

SECÇÃO VI

DAS DELIBERAÇÕES E VOTAÇÕES

ARTIGO 39.º

(MAIORIA)

As deliberações são tomadas à pluralidade de votos, estando presente a maioria do número legal dos membros da Assembleia, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.

ARTIGO 40.º

(VOTO)

1. Cada membro da Assembleia tem um voto.
2. Nenhum membro da Assembleia presente pode deixar de votar, sem prejuízo do direito de abstenção.

ARTIGO 41.º

(FORMAS DE VOTAÇÃO)

1 -

a) Por escrutínio secreto, sempre que se realizem eleições e quando envolvem a apresentação de comportamentos ou de qualidade de qualquer pessoa, ou ainda, em caso de dúvida, se a Assembleia assim o deliberar;

b) Por votação nominal, apenas quando requerida dos membros e aceite expressamente pela Assembleia;

c) Por levantados e sentados ou de braço no ar, que constitui a forma usual de votar.

2 - O Presidente vota em último lugar.

ARTIGO 42.º

(EMPATE NA VOTAÇÃO)

1. Havendo empate em votação por escrutínio secreto, procede-se imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adia-se a deliberação para a reunião seguinte, procedendo-se a votação nominal se na primeira votação desta reunião se repetir o empate.
2. Quando necessária, a fundamentação das deliberações tomadas por escrutínio secreto é feita pelo Presidente após a votação, tendo em conta a discussão que a tiver precedido.

SECÇÃO VII

DAS FALTAS

ARTIGO 43.º

(VERIFICAÇÃO DE FALTAS E PROCESSO JUSTIFICATIVO)

1. Constitui falta a não comparência a qualquer reunião ou ausência não justificada durante o decurso da mesma.
2. Será considerado faltoso o membro da Assembleia que só compareça passados mais de trinta minutos sobre o início dos trabalhos ou, do mesmo modo, se ausente definitivamente antes do termo da reunião.
3. As faltas podem ser justificadas ou injustificadas.
4. O pedido de justificação de faltas pelo interessado é feito por escrito e dirigido à Mesa, no prazo de cinco dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado, e a decisão é notificada ao interessado, pessoalmente ou por via postal.
5. Da decisão de recusa da justificação da falta cabe recurso para o plenário.

SECÇÃO VIII

PUBLICIDADE DOS TRABALHOS E DOS ACTOS DA ASSEMBLEIA

ARTIGO 44.º

(CARÁCTER PÚBLICO DAS REUNIÕES)

1. As sessões da Assembleia Municipal são públicas, devendo ser dada publicidade, com menção dos dias, horas e locais da sua realização, de forma a garantir o conhecimento dos interessados com uma antecedência de, pelo menos, dois dias sobre a data das mesmas.
2. A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas, conforme dispõe o n.º 4 do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e demais legislação aplicável.

ARTIGO 45.º

(ACTAS)

1. De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto de a acta ter sido lida e aprovada.

2. Das actas deverão também constar uma referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas.

3. As actas são lavradas, sempre que possível, por um funcionário da Autarquia designado para o efeito (ou pelos Secretários da Mesa) e postas à aprovação de todos os membros no final da respectiva reunião ou no início da seguinte, sendo assinadas, após aprovação, pelo presidente e por quem as lavrou, sendo obrigatoriamente, e em tempo útil, disponibilizado o seu acesso na Internet.

4. As actas ou o texto das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, no final das reuniões, desde que tal seja deliberado pela maioria dos membros presentes, sendo assinadas, após aprovação, pelo Presidente e por quem as lavrou.

ARTIGO 46.º

(REGISTO NA ACTA DO VOTO DE VENCIDO)

1. Os membros da Assembleia podem fazer constar da acta o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem.

2. Quando se trate de pareceres a dar a outras entidades, as deliberações são sempre acompanhadas das declarações de voto apresentadas.

3. O registo na acta do voto de vencido isenta o emissor deste da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação tomada.

ARTIGO 47.º

(PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES)

As deliberações da Assembleia Municipal destinadas a ter eficácia externa são obrigatoriamente publicadas nos termos do estabelecido no artigo 91.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

CAPÍTULO IV

DAS COMISSÕES OU GRUPOS DE TRABALHO

ARTIGO 48.º

(CONSTITUIÇÃO)

1. A Assembleia Municipal pode constituir delegações, comissões ou grupos de trabalho para qualquer fim determinado.

2. A iniciativa da sua constituição pode ser exercida pelo Presidente, pela Mesa, por grupos municipais ou por qualquer membro da Assembleia.

ARTIGO 49.º

(COMPETÊNCIAS)

Compete às delegações, comissões ou grupos de trabalho o estudo dos problemas relacionados com as atribuições do Município, sem interferir, no entanto, no funcionamento e na actividade normal da Câmara Municipal.

ARTIGO 50.º

(COMPOSIÇÃO)

O número de membros de cada delegação, comissão ou grupo de trabalho e a sua distribuição pelos diversos grupos municipais, quando existirem, são fixados pela Assembleia.

ARTIGO 51.º

(FUNCIONAMENTO)

1. Compete ao Presidente da Assembleia convocar a primeira reunião.
2. As regras internas do funcionamento são da responsabilidade da delegação, comissão ou grupo de trabalho.

ARTIGO 52.º

(COMISSÃO PERMANENTE)

1. Uma das comissões será a Comissão Permanente da Assembleia Municipal, constituída pelos membros da Mesa da Assembleia e por um representante de cada Grupo Municipal.
2. À Comissão Permanente caberá:
 - a) Elaborar o Plano de Acção Anual da Assembleia, que deverá ser aprovado pelo Plenário;
 - b) Colaborar com a Mesa da Assembleia na definição da Ordem do Dia das sessões e na elaboração do Boletim Informativo da Assembleia Municipal;
 - c) Analisar e encaminhar as petições dirigidas à Assembleia Municipal.
3. A Comissão Permanente reunirá pelo menos uma vez entre sessões da Assembleia Municipal.

CAPÍTULO V

DOS GRUPOS MUNICIPAIS

ARTIGO 53.º

(CONSTITUIÇÃO)

1. Os membros directamente eleitos, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia eleitos por cada partido político ou coligação de partidos ou grupos de cidadãos eleitores, podem associar-se para efeitos de constituição de grupos municipais.
2. A constituição dos grupos municipais efectua-se mediante comunicação escrita dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal.
3. Da comunicação referida no número anterior deve constar obrigatoriamente a assinatura de todos os membros que constituem o grupo municipal, a sua designação bem como a respectiva direcção.
4. Os membros que não integrem qualquer grupo municipal ou que dele se desvinculem comunicam o facto ao Presidente da Assembleia e exercem o seu mandato como independentes.

ARTIGO 54.º

(ORGANIZAÇÃO)

1. Cada grupo municipal estabelece livremente a sua organização.
2. Qualquer alteração na composição ou direcção do grupo municipal deve ser comunicada ao Presidente da Assembleia Municipal.

CAPÍTULO VI

MESA DA ASSEMBLEIA E COMPETÊNCIAS

SECÇÃO I

MESA DA ASSEMBLEIA

ARTIGO 55.º

(COMPOSIÇÃO DA MESA)

1. (idem ponto 1 do Artº 56º do regimento actual) A Mesa da Assembleia é composta por um Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário e é eleita pelo período do Mandato da Assembleia.
2. (idem ponto 2 do Artº 56º do regimento actual) O Presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo Primeiro Secretário e este pelo Segundo Secretário.
3. Na ausência da maioria dos membros da Mesa, o único elemento presente assumirá o lugar de Presidente, caso o não seja já, e convidará, de entre os presentes e do grupo político a que os ausentes pertencem, os respectivos substitutos, dando, contudo, preferência à designação que, eventualmente, esses mesmos grupos políticos entendam apresentar ad-hoc, ou por convite do Presidente da Mesa.
4. Nos casos de ausência de apenas um dos Secretários, deverá o Grupo Político pelo qual o ausente foi eleito, indicar um substituto, ou por convite do Presidente da Mesa.

ARTIGO 56.º

(ELEIÇÃO DA MESA)

1. A Mesa é eleita por escrutínio secreto, podendo os seus membros ser destituídos em qualquer altura por deliberação tomada pela maioria do número legal dos membros da Assembleia.
2. Só poderão ser eleitos para a Mesa os membros da Assembleia que, expressamente, tenham aceite a sua candidatura.
3. No caso de destituição ou demissão de qualquer dos membros da Mesa, ou de cessação do respectivo mandato, proceder-se-á a nova eleição, na reunião imediata.

SECÇÃO II

COMPETÊNCIAS

ARTIGO 57.º

(COMPETÊNCIAS DA MESA)

1. Compete à Mesa da Assembleia:

- a) Elaborar o projecto de Regimento da Assembleia Municipal ou propor a constituição de um grupo de trabalho para o efeito;
 - b) Deliberar sobre as questões de interpretação e integração de lacunas do Regimento;
 - c) Elaborar a ordem do dia das sessões e proceder à sua distribuição;
 - d) Admitir as propostas da Câmara Municipal obrigatoriamente sujeitas à competência deliberativa da Assembleia Municipal, verificando a sua conformidade com a Lei;
 - e) Encaminhar as iniciativas dos membros da Assembleia, dos grupos municipais e da Câmara Municipal;
 - f) Assegurar a redacção final das deliberações;
 - g) Realizar as acções de que seja incumbida no exercício da competência a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º deste Regimento;
 - h) Encaminhar para a Assembleia Municipal as petições e queixas dirigidas à mesma;
 - i) Requerer ao órgão executivo a documentação e informação que considere necessárias ao exercício das competências da Assembleia bem como ao desempenho das suas funções, nos moldes, nos suportes e com a periodicidade havida por conveniente;
 - j) Proceder à marcação e justificação de faltas dos membros da Assembleia Municipal;
 - l) Comunicar à Assembleia Municipal a recusa de prestação de quaisquer informações ou documentos, bem como de colaboração por parte do órgão executivo ou dos seus membros;
 - m) Comunicar à Assembleia Municipal as decisões judiciais relativas à perda de mandato em que incorra qualquer membro;
 - n) Dar conhecimento à Assembleia Municipal do expediente relativo aos assuntos relevantes;
 - o) Propor à Câmara Municipal a inscrição no orçamento municipal, dotações discriminadas em rubricas próprias para pagamento das senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte aos membros da Assembleia Municipal, bem como para aquisição dos bens e serviços correntes necessários ao seu funcionamento e representação;
 - p) Exercer os demais poderes que lhe sejam cometidos pela Assembleia Municipal.
2. A Mesa funciona com carácter permanente, assegurando o expediente e a actividade das delegações, comissões ou grupos de trabalho.
3. Das decisões da Mesa da Assembleia Municipal cabe recurso para o plenário.

ARTIGO 58.º

(COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA)

1. O presidente da mesa é o presidente da Assembleia Municipal.
2. Compete ao Presidente da Assembleia Municipal:
 - a) Representar a Assembleia Municipal, assegurar o seu regular funcionamento e presidir aos seus trabalhos;

- b) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;
- c) Abrir e encerrar os trabalhos das sessões e das reuniões;
- d) Dirigir os trabalhos e manter a disciplina das reuniões;
- e) Assegurar o cumprimento das Leis e a regularidade das deliberações;
- f) Suspender ou encerrar antecipadamente as sessões e as reuniões, quando circunstâncias excepcionais o justificarem, mediante decisão fundamentada a incluir na acta da reunião;
- g) Integrar o Conselho Municipal de Segurança;
- h) Comunicar à Assembleia de Freguesia ou à Câmara Municipal as faltas do Presidente da Junta e do Presidente da Câmara às reuniões da Assembleia Municipal;
- i) Comunicar ao representante do Ministério Público competente as faltas injustificadas dos restantes membros da Assembleia, para os efeitos legais;
- j) Exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por Lei, pelo Regimento ou pela Assembleia.

3. Compete, ainda, ao Presidente da Assembleia Municipal autorizar a realização de despesas orçamentadas, relativas a senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte aos membros da Assembleia Municipal e de despesas relativas às aquisições de bens e serviços correntes, necessários ao funcionamento e representação do órgão autárquico, informando o Presidente da Câmara Municipal para que este proceda aos respectivos procedimentos administrativos.

ARTIGO 59.º

(COMPETÊNCIA DOS SECRETÁRIOS)

Compete aos Secretários coadjuvar o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e, designadamente:

- a) Assegurar o expediente;
- b) Na falta de funcionário nomeado para o efeito, lavrar as actas das reuniões;
- c) Proceder à conferência das presenças nas sessões, assim como verificar em qualquer momento, o quorum e registar as votações;
- d) Ordenar a matéria a submeter a votação;
- e) Organizar as inscrições dos membros da Assembleia que pretenderem usar a palavra e registar os respectivos tempos de intervenção;
- f) Servir de escrutinadores;
- g) Fazer as leituras indispensáveis durante as sessões.

CAPÍTULO VII

DAS PETIÇÕES DOS CIDADÃOS

ARTIGO 60.º

1. Compete à Comissão Permanente a análise e o encaminhamento das petições dirigidas ou entregues na Assembleia Municipal.
2. Se o assunto da petição não for da competência exclusiva da Assembleia Municipal, deverá o mesmo ser encaminhado para o serviço público respectivo, dando-se disso conhecimento ao autor da petição.
3. Nos assuntos de interesse municipal, mesmo que não da exclusiva competência da Assembleia, poderá a Comissão Permanente, através dos Serviços da Assembleia, informar o autor do tratamento dado à petição no serviço respectivo.
4. A Comissão Permanente poderá ainda levar a discussão do assunto da petição ao Plenário, solicitando ao Presidente a sua inclusão na Ordem do Dia, quando a petição tiver a mesma estrutura e dimensão que os requisitos referidos na alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do presente Regimento.

CAPÍTULO VIII

(DO APOIO À ASSEMBLEIA)

ARTIGO 61.º

1. Sob orientação do Presidente, a Assembleia Municipal dispõe de um núcleo de apoio próprio, composto por funcionários do Município, nos termos definidos pela Mesa.
2. A Assembleia Municipal dispõe igualmente de instalações e equipamentos necessários ao seu funcionamento e representação, a disponibilizar pela Câmara Municipal.
3. Sem prejuízo dos poderes disciplinares e de gestão, designadamente em matéria de férias, faltas e licenças atribuídos ao Presidente da Câmara, ao Presidente da Assembleia cabe orientar os funcionários destacados nos termos do número 1 deste artigo.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 62.º

(INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE LACUNAS)

Compete à Mesa, com recurso para a Assembleia, interpretar o presente Regimento e integrar as suas lacunas.

ARTIGO 63.º

(ENTRADA EM VIGOR)

O presente Regimento entra em vigor imediatamente a seguir à sua aprovação.

REGIMENTO da ASSEMBLEIA MUNICIPAL de SABUGAL

Índice

Capítulo I

Natureza e Competências da Assembleia

Artigo 1.º — Natureza

Artigo 2.º — Competências da Assembleia Municipal

Capítulo II

Dos Direitos e Deveres dos Membros da Assembleia

Secção I - Do Mandato

Artigo 3.º - Duração e Continuidade do Mandato

Artigo 4.º - Suspensão de Mandato

Artigo 5.º - Ausência Inferior a Trinta Dias

Artigo 6.º - Renúncia ao Mandato

Artigo 7.º - Substituição do Renunciante

Artigo 8.º - Perda de Mandato

Artigo 9.º - Preenchimento de Vagas

Secção II - Dos Deveres dos Membros da Assembleia

Artigo 10.º - Deveres

Artigo 11.º - Impedimentos e Suspeições

Secção III - Dos Direitos dos Membros da Assembleia

Artigo 12.º - Direitos

Capítulo III

Do Funcionamento da Assembleia

Secção I - Da Convocatória e da Ordem do Dia

Artigo 13.º - Convocatória

Artigo 14.º - Ordem do Dia

Artigo 15.º - Elementos que devem constar da informação escrita do Presidente da Câmara

Secção II - Das Sessões

Artigo 16.º - Local das Sessões

Artigo 17.º - Sessões Ordinárias

Artigo 18.º - Sessões Extraordinárias

Artigo 19.º - Duração das Sessões

Artigo 20.º - Requisitos das Reuniões

Artigo 21.º - Continuidade das Reuniões

Secção III - Organização das sessões

Artigo 22.º - Períodos das Reuniões

Artigo 23.º - Período de Antes da Ordem do Dia

Artigo 24.º - Período da Ordem do Dia

Artigo 25.º - Período de Intervenção do Público

Secção IV – da Participação de Outros Elementos

Artigo 26.º - Participação dos Membros da Câmara Municipal

Artigo 27.º - Participação de Eleitores

Secção V - Do Uso da Palavra

Artigo 28.º - Regras do Uso da Palavra no Período de Antes da Ordem do Dia

Artigo 29.º - Regras do Uso da Palavra para discussão na Ordem do Dia

Artigo 30.º - Regras do Uso da Palavra pelos membros da Câmara Municipal

Artigo 31.º - Regras do Uso da Palavra no Período de Intervenção Aberta ao Público

Artigo 32.º - Uso da Palavra pelos Membros da Assembleia

Artigo 33.º - Declarações de Voto

Artigo 34.º - Invocação do Regimento ou Interpelação da Mesa

Artigo 35.º - Pedidos de Esclarecimento

Artigo 36.º - Requerimentos

Artigo 37.º - Ofensas à Honra ou à Consideração

Artigo 38.º - Interposição de Recursos

Secção VI - Das Deliberações e Votações

Artigo 39.º - Maioria

Artigo 40.º - Voto

Artigo 41.º - Formas de Votação

Artigo 42.º - Empate na Votação

Secção VII - Das Faltas

Artigo 43.º - Verificação de Faltas e Processo Justificativo

Secção VIII - Publicidade dos Trabalhos e dos Actos da Assembleia

Artigo 44.º - Carácter Público das Reuniões

Artigo 45.º - Actas

Artigo 46.º - Registo na Acta do Voto de Vencido

Artigo 47.º - Publicidade das Deliberações

Capítulo IV

Das Comissões ou Grupos de Trabalho

Artigo 48.º - Constituição

Artigo 49.º - Competências

Artigo 50.º - Composição

Artigo 51.º - Funcionamento

Artigo 52.º - Comissão Permanente

Capítulo V

Dos Grupos Municipais

Artigo 53.º - Constituição

Artigo 54.º - Organização

Capítulo VI

Mesa da Assembleia e Competências

Secção I - Mesa da Assembleia

Artigo 55.º — Composição da Mesa

Artigo 56.º — Eleição da Mesa

Secção II - Competências

Artigo 57.º — Competência da Mesa

Artigo 58.º — Competência do Presidente da Assembleia

Artigo 59.º - Competência dos Secretários

Capítulo VII

Das Petições dos Cidadãos

Artigo 60.º - Das Petições dos Cidadãos

Capítulo VIII

Do Apoio à Assembleia

Artigo 61.º - Apoio à Assembleia Municipal

Capítulo IX

Disposições Finais

Artigo 62.º - Interpretação e integração de Lacunas

Artigo 63.º - Entrada em Vigor

